

FUNDAÇÕES DE SAÚDE DE ROGÉRIO SERVEM DE "CONCHAVO" PARA "MUITA GENTE GANHAR DINHEIRO"

"Nas fundações não há concursos.

Quem paga aos funcionários são elas mesmas. Só na FHS, tem gente ganhando R\$ 50 mil.

E a dívida de mais de R\$ 200 milhões está aí. De onde ela vem?", diz

Petrônio Andrade, presidente da Sociedade Médica de Sergipe - Somese



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Aracaju - SE, 1º a 7 de setembro de 2014.

Nem Jackson concorda com os brinquedinhos de Rogério, criados sob o Governo Déda: "Ainda que as fundações estejam em meu Governo, não significa dizer que eu concorde com tudo", diz ele

■ As três entidades público-privadas implantadas em Sergipe pelo Executivo, ainda em 2008, pelas leis 6.346, 6.347 e 6.348, sob tutela do antigo secretário de Estado da Saúde, o deputado Rogério Carvalho, PT, prometiam solucionar o caos da Saúde: comprar remédios e insumos básicos de maneira rápida, contratar médicos com facilidade e desafogar os hospitais.

Elas são as Fundação Hospitalar de Saúde - FHS -, Fundação de Saúde Parreiras Horta - FSPH -, e Fundação Estadual de Saúde - Funesa. Seis anos depois, hoje elas são uma farsa. Um das fundações de trapças, das quais discordam até o governador do Estado, Jackson Barreto, PMDB, além de todas as entidades médicas.

Elas hoje "comandam" boa parte da rede pública do Estado, sem prévia edição de leis complementares que definissem as áreas de atuação delas, nem consulta jurídica que as regulamentasse, (a Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe - OAB/SE -, entrou com diversas ações de inconstitucionalidade delas, e a Procuradoria Geral da República - PGR - briga judicialmente para extingui-las).

Um mal-estar que nem mesmo o governador Jackson Barreto conseguiu demover. “Ainda que as fundações estejam em meu Governo, não significa dizer que eu concorde com tudo. Como eu podia mexer em leis da Assembleia Legislativa, se eu nunca tive uma oportunidade na Assembleia? Tive dificuldades para governar. Sergipe inteiro sabe que a Alese não me deu oportunidades”, diz ele, em desaprovamento frontal aos brinquedinhos de Rogério Carvalho.

Elas nasceram em nome de uma revolução na Saúde pública. Esta era a proposta. Porém, o principal problema pontuado na época, dar celeridade a compra de remédio, não será nunca solucionado por fundação nenhuma, por-

de serviços prestados na rede pública, atendendo na Capital e no Interior, o médico revela: “Ambulâncias do Samu estão sendo entregues para quitar dívidas”. As palavras do médico são amparada até pelos próprios contratos da criação destas três fundações - FSPH, FHS e Funesa.

Pois o que ninguém sabe é que, por serem entidades públicas, de direito privado, toda a estrutura física, (os prédios dos hospitais, clínicas e postos de saúde), podem sim ser colocados à venda para quitar a tal dívida milionária.

Por contrato, as estruturas “pertencem” a elas. Ou seja, o Estado é uma simples marionete nas mãos das delas. Se um fornecedor resolver levar qualquer uma das três à Justiça, pedindo a execução da dívida, é possível que os bens do Estado sejam postos à venda e entrem em negociação, porque lhes pertencem.

que o que estipula compras, (empresas, pregões, datas, etc) e todo o trâmite de uma licitação estadual é a lei Federal 8.666.

Sem mudar a lei, qualquer discurso de agilidade para licitar insumos, não importa o Governo que o propale, é balela. Este é o argumento - pautado legalmente na própria lei federal 8.666 - do presidente da Sociedade Médica de Sergipe - Somese -, e vice-presidente da Associação Médica Brasileira, o neurocirurgião Petrônio Andrade. Ele é um dos combatentes dessas fundações.

CADÊ O DINHEIRO?

O maior problema é a falta de celeridade na Lei das Licitações. “É preciso que os prazos sejam menores, porque ninguém escolhe hora para ficar doente. E hoje comprar um prego ou um remédio passa pelos mesmíssimos procedimentos”, diz. O grande proble-

FALTA GERÊNCIA

Por isso hoje as entidades são responsáveis por todos os hospitais da rede estadual e retratam o legado negativo do governador Marcelo Déda, patrocinado pelo deputado federal Rogério Carvalho, seu então secretário da Saúde. Mesmo com três ações no Supremo Tribunal Federal - STF - para extingui-las, acrescidas de uma antiga nuance de intervenção federal, elas continuam atuando.

Entre julho de 2013 e janeiro de 2014, ações do Ministério Público Federal - MPF -, em parceria com o Ministério Público Estadual - MP/SE -,

ma da Saúde, de acordo com Petrônio, entre outras coisas, é que “Rogério Carvalho queria atacar a compra de material, remédios, material hospitalar. Só que as fundações não podem mudar a lei”, esclarece.

Sobre a relação de governos, empresas fornecedoras - obviamente - arrematadoras de lotes licitatórios em pregões realizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, na área na Saúde, Petrônio entrega. “Existe um conchavo entre eles. Tem muita gente ganhando dinheiro”.

Passados seis anos, cadê a tão propalada reforma sanitária que só ocorreu no papel? Hoje, só a FHS acumula, desde janeiro deste ano, R\$ 200 milhões de dívidas, acrescidos de juros.

A estratégia do Estado, ao criar fundações, tinha uma intenção simples: nem salários, nem débitos com fornecedores entram na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Então, as

sob comando do procurador federal Ramiro Rockemback, e da promotora Euza Missano, foram capazes de demovê-las.

Na época, a recomendação do MPF e MP foi baseada em diversos relatórios apresentados pelo Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe - Coren-SE -, Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe - Sindimed -, Serviço de Auditoria em Sergipe do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus -, Conselho Regional de Medicina de Sergipe - Cremese - e Coordenadoria de Saúde da Comissão de Direitos Humanos da OAB Sergipe.

dívidas podem, sim, passar de Governo para Governo, e os prejuízos também.

O neurocirurgião explica o funcionamento das instituições. “Nas fundações, não há concursos. Quem paga aos funcionários delas são elas mesmas. Só na FHS, tem gente ganhando R\$ 50 mil. E cadê este dinheiro para financiá-las? E a dívida de mais de R\$ 200 milhões está aí. De onde ela vem? Este balanço é público, deveria ser divulgado. Nós já pedimos, mas não nos entregam”, revela.

O QUE É DO POVO

Empresas credoras, antigas fornecedoras, só conseguem receber o dinheiro que as fundações devem a elas, porque bens do patrimônio público, como as ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu -, por exemplo, estão sendo vendidos.

É o que informa um dos conselheiros do Conselho Regional de Medicina - Cremese -, que preferiu não se identificar. Com quase 15 anos

Segundo o documento, “dada a total falta de capacidade do gestor estadual de gerir os recursos federais e a omissão da União que nada faz a respeito, não restou outra alternativa aos órgãos ministeriais, que não o ajuizamento da Ação Civil Pública com o objetivo de fazer com que a União assumira, diretamente, a gestão dos recursos federais destinados à área da Saúde neste Estado da Federação”, como explicava o procurador da PGR, Ramiro Rockemback.

Em caráter liminar e urgente, os Ministérios requereram à Justiça Federal que determina à União a suspensão de todos os repasses de recursos da Saúde ao Estado de Sergipe, e que passe a realizar diretamente a gestão destas verbas, através de uma equipe técnica multidisciplinar. A ação pedia ainda uma multa de pelo menos R\$ 50 mil para cada obrigação descumprida e por cada paciente lesado. E aí? De lá pra cá, quantas centenas de pacientes foram lesados?